

NEWSLETTER **M** **L** **S**

A E-REVISTA DO MOVIMENTO LIBERAL SOCIAL

SETEMBRO 2009 | EDIÇÃO Nº1





Movimento Liberal Social

Rua Ramalho Ortigão, 31,
Cave Direita,
1070-228 Lisboa

Telemóvel - 966 075 978

Email:
secretariado@liberal-social.org

URL:
www.liberal-social.org

**"Mais Liberdade,
menos Estado."**

Membro de:



Equipa

Coordenação:
Rui Almeida
Tânia Girão

Redacção:
André Regateiro
Hugo Garcia
Igor Caldeira
Inês Branco
João Mendes
Martim Horta

Capa:
Luís Menezes

Colaboração especial:
José António Bourdain
Luís Humberto Teixeira

Editorial

É com muita satisfação que levamos até si mais uma edição desta newsletter do Movimento Liberal Social, em formato de revista electrónica.

À partida, este projecto apresentava alguns desafios: Como ter temas e conteúdo suficientes? Como ter um aspecto gráfico apelativo? Como envolver uma equipa com pouca disponibilidade e conhecimentos na área? Após o trabalho desenvolvido no número zero ficámos com a convicção de que os objectivos iniciais tinham sido atingidos, mais em termos de conteúdo (que foi a nossa preocupação principal) do que de aspecto (que foi relegado para um lugar secundário).

Isso ficou patente nas opiniões que recebemos acerca do número anterior, que foram muito gratificantes, uma vez que reconheceram a qualidade e variedade do conteúdo, identificando também as limitações no aspecto gráfico.

Relativamente ao objectivo de garantir a pluralidade de opiniões, ele foi atingido, em parte, já nesta edição. De facto, neste número contamos com a presença de autores que não estão ligados ao MLS nem ao liberalismo. A todos os que aceitaram o repto do MLS o nosso "Muito Obrigado".

A propósito das Legislativas do próximo dia 27, temos um "Especial Eleições", o qual não escamoteia uma questão importante para todos os liberais deste país:

Num ano de eleições e em que apareceram várias novas forças partidárias qual seria o espaço político e os resultados eleitorais de um partido liberal social?

Rui Almeida

ruialmeida@liberal-social.org

PARTICIPE

Caro Liberal, esperamos pela sua contribuição: participe com ideias, sugestões e críticas, com cartas para a secção do leitor, com textos para publicação ou com sugestões para temas a abordar.

Contacte-nos para newsletter@liberal-social.org

Dicionário do Homem Livre

liberdade – s.f.

1 condição do ser que pode agir livremente, isto é, consoante as leis da sua natureza (queda livre), da sua fantasia (tempo livre), da sua vontade (decisão livre);

2 poder ou direito de agir sem coerção ou impedimento (liberdade de execução ou de acção);

3 poder de se determinar a si mesmo, em plena consciência e após reflexão, e independentemente das forças interiores de ordem racional (liberdade de decisão);

4 livre arbítrio;

5 poder de agir sem motivo (liberdade de indiferença);

6 personificação das ideias liberais;

7 tolerância;

8 licença, autorização;

9 [fig] ousadia; atrevimento; familiaridade demasiada;

10 [fig] franqueza

11 pl. Regalias; imunidades; ~ **de consciência** direito de professar as opiniões, religiosas e políticas que se julgarem verdadeiras; ~ **individual** garantia que todos os cidadãos têm de não serem impedidos do exercício dos seus direitos, excepto nos casos determinados na lei;

LITERATURA ~ **poética** uso de figuras e alterações morfológicas e sintácticas em poesia (Do Lat, *libertāte*, <id>)

in Dicionário da Língua Portuguesa 2006, Porto, Porto Editora.

Índice

Editorial	2
Dicionário do Homem Livre	3
Índice	3
Agenda de Eventos	4
Correio do Leitor	5
Destaques	6
Reportagem	7
Especial Eleições	8
Sociedade Liberal	20
Liberdades Individuais	21
Portugal visto do exterior	22

Agenda

28 de Setembro

Tertúlia com **Helena Roseta sobre as Eleições Autárquicas**

Local: Fábulas
Calçada Nova de São Francisco, nº14,
Lisboa

Organização: Movimento Liberal Social (MLS)

Mais informações e Inscrições:

<http://lisboa.liberal-social.org>

1 a 4 de Outubro

Seminário Internacional

"Future of Individual Participation in European Politics"

Local: Hotel VIP Grand - Av. 5 de Outubro, 197
Lisboa

Organização: Movimento Liberal Social (MLS),
Juventude Liberal Europeia (LYMEC)
e European Liberal Forum (ELF)

Mais informações e Inscrições:

secretariado@liberal-social.org

Adere à Juventude Liberal Europeia tornando-te um Membro Individual!
Vai a <http://www.lymec.org/> > Our Members > Become a Member



Correio do Leitor

Mais uma vez parabéns a todos. Dada a quantidade de pessoas envolvidas, esta é, verdadeiramente, uma mensagem do MLS para o país.

André Soares

(Lisboa)

Gostei da newsletter. Arejada, formativa, equilibrada, com conteúdo.

Pedro M.

(Abrantes)

Congratulations from Spain.

Ramón Villaplana

(Espanha)

Acabei então de ler a newsletter e começo por elogiar: a newsletter, neste formato, torna-se bastante mais apetecível e convida a ser lida até ao fim. A estrutura parece-me bem pensada, apesar de achar que os artigos de opinião merecessem um pouco mais de espaço. Penso também que as fotografias deviam ter melhor

qualidade e, entre quatro fotografias pequenas e uma grande, penso que seria melhor uma fotografia grande, já que as fotografias pequenas perdem não só qualidade como impacto.

Finalmente, agora em relação ao conteúdo, penso que seria interessante explorar os temas das moções programáticas aprovadas, possivelmente uma por número, em artigo de duas ou três páginas. Talvez fosse interessante também que os textos de opinião discutissem o tema ou temáticas derivadas.

De resto, renovo os parabéns. Penso que a edição desta newsletter é um sinal de vida do MLS em Portugal e isso merece o meu aplauso entusiasmado. Fico à espera do número 1.

João Martinho

(Braga)

Subscreva a Newsletter do MLS

Receba a newsletter do MLS, acompanhe as posições políticas, as novidades e os próximos eventos do Movimento Liberal Social.

Registe-se em www.liberal-social.org.

Mais Informações

Recebe periodicamente informações sobre as nossas posições políticas, actividades e eventos.

Email

Nome

Distrito

Destaques

Seminário Internacional, Lisboa

O Movimento Liberal Social, em conjunto com a LYMEC (Juventude Liberal Europeia) e o ELF (European Liberal Forum), está a organizar um seminário em Lisboa subordinado ao tema "Future of Individual Participation in European Politics". O seminário irá decorrer de 1 a 4 de Outubro no Hotel VIP Grand Lisboa, na Avenida 5 de Outubro.

Os dois principais objectivos do seminário são identificar a cada indivíduo ser politicamente activo a nível europeu; e formular e definir novas formas de ser politicamente activo na Europa. O seminário está

aberto a todos os membros do MLS entre os 20 e os 35 anos de idade e é gratuito para os que não necessitem de alojamento ou subsídio de deslocação. Quem precisar poderá ficar alojado em Lisboa, no hotel do seminário, mediante o pagamento de uma inscrição.

Para inscrições e mais informações, entre em contacto com o secretariado do MLS através do email secretariado@liberal-social.org.



Novos Projectos – Revista Liberal

O MLS - Movimento Liberal Social lançou um projecto de concepção e publicação de uma revista liberal.

Apesar de ser um projecto do MLS, a revista será organizada por uma equipa independente, que incluirá membros e não-membros e estará aberta a todos os falantes da língua portuguesa, independentemente do local de origem, até aos 30 anos de idade. A revista pretende dar aos jovens liberais a oportunidade de participarem no

processo deliberativo Democrático e ajudar a divulgar o liberalismo e o MLS. Procuraremos obter financiamento do programa "Juventude em Acção" (ec.europa.eu/youth/index_en.htm) tendo a publicação "New Libertas" (www.newlibertas.eu/NewLibertas6.pdf), da juventude liberal europeia (LYMEC), como fonte de inspiração. Todos os interessados deverão entrar em contacto com o responsável do projecto, André Soares, ou o secretariado do MLS.

Reportagem

1º Summer Camp do MLS (Cancelado)

O I Summer Camp Liberal Social que se deveria ter realizado de 14 a 16 de Agosto foi cancelado devido à falta de inscrições. Segundo o tesoureiro do MLS, André Escórcio Soares, a falta de inscrições "**poderá ficar a dever-se ao facto, de durante o mês de Agosto,**

muitas pessoas estarem de férias, bem como ao facto de o evento ter sido marcado com pouco tempo de antecedência". Avança ainda que "**não se perdeu tudo e, no próximo ano a data vai ser ponderada com mais atenção**".

26 de Agosto – Reunião de Direcção (Lisboa)

Realizou-se no passado dia 26 de Agosto a reunião mensal da Direcção do MLS, onde foi anunciado que Maurits Van Der Hoofd, vice-presidente para as Relações Internacionais, vai sair de Portugal em Outubro, mantendo-se no entanto na direcção. Durante esta reunião foi apresentada e

aprovada a produção de um vídeo para o MLS. Foi também discutido o ponto de situação dos grupos de trabalho para a criação do PLD.

Tendo em conta o aproximar das eleições abordou-se também nesta reunião as políticas de coligação dos pequenos partidos em Portugal.

19 de Setembro - Reunião MLS na Gulbenkian

No dia 19 Setembro, membros do MLS reuniram-se na Gulbenkian para amenos momentos de convívio e alguma discussão política. Discutiu-se, primeiramente, o TGV, com o intuito de começar a preparar um relatório e uma

posição concreta do MLS sobre tanto comboios de alta velocidade e, mais concretamente, o TGV. Depois, falou-se de tudo um pouco, uma conversa simpática que permitiu aos membros conhecerem-se melhor.

Especial Eleições

Eleição para a Assembleia da República, 27 de Setembro de 2009

Neste espaço dedicado à eleições legislativas que decorrem no próximo domingo apresentamos um estudo sobre os “eleitores-fantasmas” de

autoria de dois investigadores portugueses e vários textos de autor sobre as expectativas e condicionantes deste acto eleitoral. **Para reflectir!**

Dez Anos de Legislativas

Nos últimos dez anos em Eleições Legislativas (marcados por três eleições, em 1999, 2002 e 2005) assistimos a duas reviravoltas governamentais, com alternância entre o PS e o PSD. O peso dos dois principais partidos tem-se mantido relativamente estável, com um pico de 78% em 2002 e um mínimo de 74% em 2005 (em 1999 a soma tinha sido de 76%). A maior perdedora deste período foi mesmo a CDU, que passou de 9 para 7,5%, ao mesmo tempo que a subida do BE, primeiro ligeira, se tornou vertiginosa – quase 4% entre 2002 e 2005, o mesmo que os partidos

do centro perderam. Resta o CDS, nunca superando os 9%, mas também nunca caindo abaixo dos 7%.

O que esperar de 27 de Setembro? A crer nas últimas sondagens, é bem possível que a diminuição do peso do PSD e do PS seja bastante abrupta (65-70% dos votos) – e isto através de um ligeiro aumento da CDU, uma recuperação razoável do CDS e uma vitória estrondosa do BE. Caso tal se confirme, ou o Bloco Central regressa ou a Esquerda vai ter de ter um qualquer tipo de entendimento, posto que a hipótese de uma maioria de Direita é cada vez mais remota.

Quinhentas e Quarenta e Três Páginas Para Um Voto

O improvável eleitor que esteja indeciso entre uma das cinco forças parlamentares tem pela sua frente a pouco emocionante leitura de mais de meio milhar de páginas de programas eleitorais. Entre as duzentas e vinte e duas páginas do CDS e as trinta e nove do PSD, entre o inefável “Reformar a justiça, para uma mais rápida resolução de litígios e maior eficácia.” do PSD e o muito concreto “Todos os cães e gatos devem receber micro-chip (apenas é obrigatório em cães que tenham nascido depois de 2008)” do BE, **estas eleições não serão só marcadas por uma grande dispersão de votos, mas também por uma moderada abertura do leque de escolhas programáticas.**

O conjunto de critérios que pode presidir a uma tal escolha são variados, e abrangê-los a todos seria tarefa pouco recomendável. Cingir-nos-emos a quatro



por **Igor Caldeira**

áreas: costumes; peso do Estado na economia; políticas sociais; política externa (com destaque para a Europa).

Costumes

Se há área em que, sem contemplações, o país se divide entre dois blocos (Esquerda/Direita) é hoje a dos costumes. Num programa em que a concisão impera, o PSD não dispensa uma linha sobre a questão do casamento para pessoas do mesmo sexo. Nada conciso mas igualmente omissivo, o CDS dedica contudo um capítulo à Família, sendo perfeitamente possível inferir que a sua posição sobre as questões ditas fracturantes se manterá absolutamente coerente. A família é o arquétipo culturalmente construído (ainda que não coincidente com a realidade social, bem mais complexa) pai-mãe-filhos. A somar a isto, as declarações dos respectivos líderes asseguram-nos que venha o que vier – uniões de facto, contratos civis ou casamentos – a Direita votará contra, como o fez em 1999, em 2001 e em todas as vezes que o tema veio a lume.

A parcimónia do PCP não o impede de dizer que “combate a todo o tipo de discriminação designadamente em função da orientação sexual”. Não tomará, como nunca tomou antes, a dianteira do tema mas não deixará de apoiar, como o tem feito na última década, as alterações que venham a ser propostas. Impossível ser mais claro que os socialistas e os bloquistas, que respectivamente afirmam que irão **“Remover as barreiras jurídicas à realização do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo ”** e defender o “Alargamento do casamento civil ao conjunto de todos os cidadãos e todas as cidadãs”. O BE vai mais longe, avançando para a procriação medicamente assistida, adopção e *transgender*. A confirmarem-se os resultados das sondagens, é perfeitamente possível que depois de 2009 o “casamento homossexual” seja enfim uma realidade.

Estado e Economia

Ao nível do peso do Estado na economia a divisão já não é tão clara, embora possamos colocar o Bloco e o PCP numa outra divisão. Efectivamente, não faltam menções à “recuperação pelo Estado do comando político e democrático do processo de desenvolvimento” (PCP) nem o compromisso “com uma política de nacionalização do sector da energia” (BE). Positivo talvez seja o facto de ambos mencionarem o sector social (cooperativo), área que deveria ser menos desprezada se queremos de facto que o Estado tenha menos peso na economia e nas políticas sociais (o que não é curiosamente o caso dos dois partidos mencionados).

O PS é vago no tratamento da questão. Refere as PME, fala em linhas de crédito, sublinha o Plano Tecnológico, releva a importância de apoiar as exportações – mas é parco nos incentivos ao nível fiscal. Pior, insiste no “investimento público modernizador”. Contudo, e com a promessa de diminuição de **“custos de contexto, eliminando procedimentos, licenças e condicionamentos prévios que oneram as empresas e prejudicam a criação de emprego”** pode ser que o ***Simplex*** esteja para durar, o que não pode deixar de ser aplaudido.

A Direita é mais ambiciosa, embora recue face a posições passadas em alguns temas. A crise financeira resultou no CDS e no PSD numa crítica às entidades reguladoras, por um lado, e na defesa de uma CGD pública, transformada em banco por excelência de apoio às PME. O principal partido

da Oposição destaca a extinção do pagamento especial por conta (algo que não poucos empresários abençoariam) mas é tímido no que toca ao IRC. Já o CDS podia ter dedicado menos linhas à análise crítica do Banco de Portugal e um pouco mais em medidas concretas.

Políticas Sociais

Sem surpresas: é aqui que a demagogia, à Esquerda e à Direita, tem rédeas livres. Há uma relativa unanimidade: o subsídio de desemprego deve ser aumentado; as pensões devem ser aumentadas; e os mais valentes não se coíbem de disparar reduções da Taxa Social Única. Ao nível das políticas laborais, o mito do emprego seguro (contratos sem termo) subsiste indiferente a campos ideológicos e a imaginação para alternativas mais vantajosas para empregadores e trabalhadores é virtualmente nula.

Fica-se com uma dificuldade tremenda em perceber como é que, com um Orçamento já deficitário e uma Segurança Social com sérios problemas de sustentabilidade a médio e longo prazo, aumentar despesas e reduzir receitas pode ser uma resposta válida. Faltava alguém que tivesse a coragem de cortar a direito.

Política Externa e Europa

De entre todos os principais partidos, o mais intrincado será por ventura o Bloco de Esquerda. Mantém uma retórica europeísta que se concretiza numa recusa prática da União Europeia – por exemplo, numa recusa do Tratado de Lisboa. A Europa é uma negociação permanente e defender um qualquer modelo que exclua a negociação com outras forças e outros povos não é grande mostra de europeísmo. De resto, tal como a “esquerda patriótica” do PCP, com o BE Portugal marcharia de imediato para fora da NATO.

Muito pelo contrário, CDS e PSD não deixam nunca de defender um pé em cada continente: União Europeia sem dúvida, a “relação transatlântica” idem. A diplomacia económica, na captação de investimento estrangeiro e na promoção de empresas portuguesas no exterior, é bem vincada pelo CDS, que também se demora na articulação dos principais laços não euro-atlânticos de Portugal: países lusófonos (uma quase constante nos vários programas à excepção do BE), Magrebe e países com forte presença emigrante portuguesa. Curioso é que o único partido que falou de Europa nas eleições europeias (o PS) lhe dedique tão pouco espaço no programa político ficamos apenas a saber (e talvez já não seja pouco) que **“um Governo PS continuará a defender o estrito respeito pelos compromissos assumidos no âmbito do consenso europeu”**.

Em suma, para o eleitor liberal a divisão entre uma Esquerda moralmente liberal e economicamente estatista e uma Direita moralmente colectivista e economicamente liberalizante (pelo menos no discurso) subsiste e não ajuda a uma decisão convicta.

Falta indubitavelmente algo nestas quinhentas e quarenta e três páginas.

Estudo: “Eleitores-fantasma podem ditar o vencedor errado”

O objectivo deste estudo foi quantificar o número de eleitores-fantasma em Portugal e quais os seus efeitos num cenário de eleições disputadas, como as que se prevêem para o próximo dia 27 de Setembro.

De certo modo, é a actualização de um estudo similar efectuado há dois anos

pelos mesmos autores. Intitulada "800 mil eleitores-fantasma 'assombram' cadernos eleitorais", essa análise teve repercussão na imprensa nacional (Lusa, Público, 24 Horas, Diário de Notícias, Correio da Manhã, etc) e internacional (El País, Courier Internacional, Süddeutsche Zeitung).

Os Autores do Estudo:

Luís Humberto Teixeira

Mestrando em Política Comparada no ICS-UL.

Estuda o tema desde 2003, ano em que lançou o livro "Reciclemos o sistema eleitoral!", no qual destaca o papel perverso que os eleitores-fantasma desempenham no sistema eleitoral português.

Em 2005 publicou o estudo "Diz-me onde votas, dir-te-ei quanto vales" e em 2006 participou no *call for papers* "Propostas de reforma do sistema eleitoral em Portugal", promovido pelo Clube Loja de Ideias.

José António Bourdain

Mestre em Política Comparada pelo ICS-UL, com a tese "O voto estratégico em Portugal".

Interessado por este tema há vários anos, participou em 2006 no *call for papers* "Propostas de reforma do sistema eleitoral em Portugal", promovido pelo Clube Loja de Ideias.

É ainda autor do estudo "Portugueses votam mais nas autárquicas que nas legislativas nos círculos pequenos" e de diversos artigos sobre estes assuntos, que podem ser consultados em www.jose-bourdain.com.

Em eleições mais disputadas Eleitores-fantasma podem ditar o vencedor errado

Por Luís Humberto Teixeira e José António Bourdain¹

Sendo 2009 um ano repleto de eleições, muitas têm sido as notícias e as investigações publicadas acerca de temas como a abstenção, os eleitores-fantasma, o recenseamento e o sistema eleitoral. Todas são importantes enquanto forma de denúncia de uma situação insustentável que é conhecida desde 1985, ano em que se tornou evidente a discrepância entre o número de cidadãos inscritos nos cadernos eleitorais e o de cidadãos com mais de 18 anos, sendo o primeiro inexplicavelmente superior ao segundo.

No estudo “800 mil eleitores-fantasma ‘assombram’ cadernos eleitorais”², que publicámos em 2007, referimos que a solução técnica anunciada em Março de 2006³ pela Unidade de Coordenação da Modernização Administrativa – a colocação do recenseamento como subsistema do registo civil, o que permitiria eliminar automaticamente os mortos – tinha boas hipóteses de acabar com os eleitores-fantasma. Porém, notícias e estudos posteriores contrariaram essas expectativas, apontando para a manutenção do problema ou mesmo para o seu agravamento.

De facto, a 12 de Março deste ano, o Jornal de Notícias referiu a existência de um milhão e cem mil eleitores-fantasma⁴, o que o politólogo Manuel Meirinho Martins afirmou ser um “efeito perverso” do recenseamento automático de todos os cidadãos com mais de 17 anos (para poderem votar se, à data da eleição, já tiverem atingido a maioridade), alertando que esta inflação do universo eleitoral é “incompatível com um sistema democrático saudável”.

Seis meses depois, o número de eleitores-fantasma continua a ser preocupante, apesar dos esforços de limpeza levados a cabo pela Direcção-Geral da Administração Interna (DGAI). Usando um método semelhante ao de há dois anos⁵, **contabilizámos mais de 930 mil nos cadernos eleitorais, o que equivale a 10% de abstenção técnica.**

¹ Luís Humberto Teixeira é mestrando e José António Bourdain é mestre em Política Comparada pelo ICS-UL.

² Fonte:

<http://www.pluridoc.com/Site/FrontOffice/Default.aspx?module=Files/FileDescription&ID=170&state=FD>

³ Fonte: <http://www.apfn.com.pt/Noticias/Mar2006/090306a.htm>

⁴ Fonte: http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1167379

⁵ Tal como há dois anos, ao número de recenseados no Continente e nas Regiões Autónomas, 9.323.689, subtraímos a população adulta estimada pelo INE no final de 2008, 8.724.945, e o número de imigrantes residentes com 20 ou mais anos, de acordo com dados do SEF também de finais de 2008, 363.468. Devido às alterações na lei do recenseamento, não recorremos – como fizemos em 2007 – aos inquiridos pós-eleitorais do ICS-UL para saber quantos cidadãos admitiam não estar recenseados. Por fim, foi-nos, mais uma vez, impossível encontrar uma fonte fidedigna para o número de cidadãos legalmente impedidos de votar por não possuírem condições mínimas para tal.

Este valor fica cerca de 40% acima do apurado a 15 de Agosto passado pela agência Lusa – que, mesmo recorrendo a um método mais conservador, detectou cerca de 650 mil eleitores-fantasma⁶, o que resulta numa abstenção técnica de 7%.

Na notícia da Lusa era revelado que todos os concelhos dos distritos de Bragança e Vila Real têm mais eleitores do que habitantes, uma informação que ajuda a compreender a dimensão do problema e que remete para uma das eventuais causas da desactualização dos cadernos: o proveito que, localmente, se pode retirar da existência de dados inflacionados nos cadernos eleitorais.

Como afirmou, em Fevereiro de 2007, o director do Instituto de Estudos Eleitorais da Universidade Lusófona, Paulo Morais, “o interesse dos políticos eleitos é contrário a uma redução eficaz do número de eleitores-fantasma. Enquanto as regalias dos eleitos resultarem directamente do número de eleitores – o salário de um vereador de Câmara, por exemplo, depende disso – sempre haverá uma resistência local a toda e qualquer tarefa que o STAPE⁷ desenvolva”⁸ no sentido de ter cadernos eleitorais actualizados.

Entre as consequências da desactualização dos cadernos eleitorais figuram ainda a transmissão de uma ideia errada acerca da participação dos portugueses, fazendo-os parecer menos interessados do que realmente são, e, mais grave, a possibilidade de a taxa de abstenção técnica poder impedir um referendo de ser vinculativo. Porém, os efeitos negativos dos eleitores-fantasma vão mais além.

Eleitores-fantasma podem dar vitória ao partido errado nas próximas Legislativas

A distribuição dos mandatos de deputados à Assembleia da República é feita *a priori*, com base nos cadernos eleitorais. Uma vez que estes cadernos contêm centenas de milhares de eleitores-fantasma que não se distribuem de forma proporcional pelos diferentes círculos, há uma elevada probabilidade de a verdade eleitoral sair distorcida.

Tendo por base dados da DGAI, do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), fizemos uma estimativa de eleitores-fantasma círculo a círculo, obtendo as seguintes percentagens e valores:

Círculo	Percentagem	Valor	Círculo	Percentagem	Valor
Aveiro	8,51%	50.411	Lisboa	9,36%	158.547
Beja	11,34%	14.056	Portalegre	11,39%	11.091
Braga	10,90%	74.755	Porto	6,18%	90.088
Bragança	29,79%	35.778	Santarém	8,47%	31.496
Castelo Branco	15,92%	26.574	Setúbal	4,48%	29.921

⁶ Fonte: <http://ultimahora.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1396260>

⁷ Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, entretanto extinto e integrado na DGAI.

⁸ Fonte: <http://visaonline.clix.pt/default.asp?CpContentId=332768>

Coimbra	10,45%	37.160	Viana do Castelo	22,01%	46.007
Évora	5,90%	8.216	Vila Real	30,20%	54.644
Faro	17,21%	51.506	Viseu	18,09%	58.364
Guarda	20,71%	30.043	Açores	15,37%	28.814
Leiria	9,28%	35.664	Madeira	32,38%	61.507

Se, com base nestes dados, actualizarmos o número de eleitores inscritos por círculo e procedermos a uma redistribuição dos mandatos, os círculos de Viana do Castelo e Madeira perdem, cada um, 1 deputado para Setúbal e Porto.

Em eleições tão renhidas como as que se avizinham, esta falha do sistema eleitoral poderá ter uma influência directa no resultado, ou seja, os eleitores-fantasma podem ditar o vencedor errado.

Porquê? Porque o facto de alguns círculos terem mais mandatos devido à desactualização dos cadernos faz com que outros círculos não tenham os mandatos que lhes caberiam num cenário de cadernos actualizados.

Para melhor explicitar o impacto desta medida, escolhemos ao acaso uma sondagem recente⁹ e procedemos a uma simulação que mostra quais as alterações a nível de deputados eleitos se a distribuição dos mandatos por círculos sofresse a alteração indicada dois parágrafos acima.

No círculo de Setúbal, o mandato extra seria entregue à CDU, ao PS ou ao BE, enquanto no Porto caberia ao PS ou ao PSD. Em Viana do Castelo, o CDS ou o PSD perderiam um dos mandatos previstos e na Madeira a diminuição do número de deputados afectaria PS ou PSD.

Ou seja, um dos cenários possíveis caracterizar-se-ia por menos 2 deputados do PSD e mais 2 do PS, o que faria certamente toda a diferença num parlamento fragmentado.

Uma solução para o problema

Desde 1998 que se assiste a um maior empenho do Estado em encontrar uma solução técnica para os problemas causados pela dificuldade de actualização dos cadernos eleitorais. Porém, uma década volvida, percebe-se que até as melhores soluções neste plano têm várias falhas, como assumiu, a 20 de Agosto, o secretário de Estado da Administração Interna, José Magalhães.

Em declarações públicas, o governante reconheceu não ter sido possível “expurgar um certo número de portugueses que residem no estrangeiro mas que continuam inscritos no concelho de onde partiram”¹⁰ e que, quanto aos falecidos, “há 107 mil mortos que não podem ser descarregados dos cadernos por não estarem identificados”¹¹.

⁹ Feita pela Eurosondagem, em: <http://aeiou.expresso.pt/sondagem-governar-com-um-parlamento-esmiucado=f535190>

¹⁰ Fonte: <http://tv1.rtp.pt/noticias/?t=Ja-pode-ser-consultado-o-novo-portal-do-eleitor.rtp&headline=46&visual=9&article=272680&tm=9>

¹¹ Fonte: http://jn.sapo.pt/PaginaInicial/Nacional/Interior.aspx?content_id=1339708

Na opinião de José Magalhães, as irregularidades dos cadernos não prejudicam a verdade do recenseamento, motivo pelo qual estão a ser resolvidas sem urgência¹². Todavia, como fizemos notar acima, há um risco concreto de a verdade eleitoral sair lesada nas próximas eleições devido à distribuição prévia dos mandatos feita com base em cadernos eleitorais “assombrados”.

Não somos apenas nós a dizê-lo: a 30 de Junho último, o primeiro director-geral do STAPE, Luís da Costa Correia, escreveu no Expresso que a presença de eleitores-fantasma nos cadernos não só torna mais difícil que os referendos atinjam o limiar de participação para serem considerados válidos, como incrementa as distorções nos círculos de maior emigração – “com consequências visíveis na distribuição do mapa de deputados (em que a distritos com menos residentes que outros são atribuídos mais deputados do que normalmente deveria ocorrer)” – e aumenta o número de autarcas no país, com o consequente maior dispêndio em remunerações¹³.

Assim, se chegamos à conclusão de que a solução técnica é lenta ou ineficaz a debelar por completo um problema cujo grau de complexidade é incontestável, só temos duas opções: continuar a jogar com dados viciados ou mudar o sistema eleitoral.

Há muitos anos que o tópico é debatido, tendo já sido, inclusivamente, criadas comissões na Assembleia da República para analisar o assunto. No entanto – e apesar de este ser um problema que afecta a saúde da nossa democracia, como muito bem frisou Manuel Meirinho Martins – das referidas comissões nunca emanou qualquer resultado prático.

É sabido que os sistemas eleitorais não são realidades imutáveis. Aliás, nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira já foram tomadas medidas concretas para melhorar a proporcionalidade. No caso da Madeira, foi mesmo criado um círculo único, o que neutraliza os efeitos perversos dos eleitores-fantasma. Porque não, então, aplicar medidas similares a todo o país?

Em 2006, elementos da sociedade civil, ligados ou não a forças partidárias, apresentaram sugestões de reforma do sistema eleitoral no âmbito de uma iniciativa do Clube Loja de Ideias¹⁴.

Se cidadãos isolados foram capazes de o fazer, também os partidos têm obrigação de dar a conhecer as suas propostas neste campo durante a presente campanha eleitoral, dada a premente necessidade de pôr fim à nossa dependência de cadernos eleitorais que, não sendo fiáveis, não podem estar na base da distribuição *a priori* de mandatos de deputado à Assembleia da República.

¹² Fonte: <http://www.ionline.pt/conteudo/16704-irregularidades-nos-cadernos-eleitorais-nao-prejudicam-verdade-do-recenseamento>

¹³ Fonte: <http://luismdcorreia.googlepages.com/expressorecenseamentojul09>

¹⁴ Fonte: <http://lojadeideias.blogspot.com/2006/05/resultados.html>

Votar em Portugal

As eleições legislativas aproximam-se a passos largos e eu, como liberal, encontro-me na mesma situação de sempre. Não há partido liberal em Portugal e eu não me identifico com nenhum dos partidos que existem. O Partido Socialista é um partido social democrata. O Partido Social Democrata é um partido conservador. Em termos sociais, estou mais próximo do PS. Em termos económicos, sou uma mistura daquilo que de mais liberal há em ambos. Em termos de questões relacionadas com a União Europeia, sou mais europeísta que qualquer um, e não tenho qualquer medo ou problema em me assumir como tal.

por

João Mendes

Não encontro salvação nos partidos médios. O Bloco de Esquerda e a CDU, em termos económicos, degladiam-se por um espaço claramente à minha esquerda. O CDS-PP é um partido conservador e, em termos económicos, razoavelmente populista. **Nenhum destes partidos merece o meu voto porque não só não concordo com o que dizem, como não penso que seja com estes partidos mais fortes que PS e PSD se verãõ forçados a fazer as reformas estruturais das quais Portugal precisa urgentemente.** Basta lembrar, por exemplo, que foi Bagão Félix (independente mas escolhido pelo CDS-PP) o Ministro responsável pela versão original do nosso Código de Trabalho, que continuou a estrangular o nosso mercado de trabalho e a causar desemprego, e que, ficando na mesma área, o Bloco de Esquerda propõe que empresas com lucros não possam despedir.

Olhando para os partidos pequenos, há um espectro alargado de hipóteses, todas elas com problemas importantes. O MEP é um partido democrata cristão, que tem como grande ponto a seu favor o seu europeísmo, daquilo que tenho visto, e que tem como ponto contra ser

conservador nos costumes. O MMS é um partido razoavelmente populista, por isso, quando o estudei, acabei a suspirar e passar à frente. A Nova Democracia fala em democracia liberal, e até propõe medidas como os cheques-ensino, mas depois alia-se ao Portugal Pró-Vida a defender asneiras relativamente à imigração, além de outros dislates conservadores. O MRPP é o Garcia Pereira, e acho que está tudo dito. O POUS é a Carmelinda Pereira, e está também tudo dito. Diria que ambos me parecem alternativas ao BE para pessoas que queiram ser de esquerda radical e que estejam infelizes por o BE agora ser mais *mainstream* não fosse o facto da líder do POUS agora apelar ao voto no PS.

Chegamos então ao Partido Trabalhista Português, cujo tempo de antena recomendo, do ponto de vista educativo, a grupos de teatro amador. O seu programa é constituído por *bullet points* bem intencionados, o tipo de programa que Manuela Ferreira Leite, que gosta de programas curtos, deve adorar. O Portugal Pró-Vida é um partido aconfessional (como manda a lei) e que não discrimina (como também manda a lei) que está a considerar o *slogan* "DEUS VÊ-TE", e cujo nível de in(s)anidade tem

proporções bíblicas. O Partido Popular Monárquico quer ajudar a proteger a república (veja-se os seus cartazes), mas acontece que eu prefiro que a república seja defendida por republicanos (*so sue me*). Quanto à Frente Ecologia e Humanismo, a minha opinião reduz-se facilmente numa equação por todos conhecida: $0 + 0 = 0$.

Nenhuma força política em Portugal me representa, nenhuma força política em Portugal defende o que eu defendo, e nenhum força política em Portugal merece o meu voto pela positiva. Eu defendo uma sociedade de indivíduos, um Estado eficiente e a integração Europeia. Eu defendo que Portugal deve lidar com a globalização

através de reformas económicas que apostem no aumento de produtividade e em mercados livres (eficientemente regulados), e também numa sociedade plural que não faz distinções arbitrárias entre indivíduos e estilos de vida. Não defendo o Estado mínimo nem o Estado máximo, mas sim o Estado necessário a promover a liberdade e a segurança dos indivíduos. Defendo um Portugal livre das amarras de uma tradição de mediocridade, e defendo um Portugal virado para o futuro, aproveitando as oportunidades que este oferece.

Defendo uma política liberal. Nenhum partido ma oferece. E eu encontro-me na mesma situação de sempre: não sei em quem votar.

O que falta então?

O que falta é Marketing político que por alguma razão parece ser Tabu em Portugal. Há inclusivamente partidos em Portugal que afirmam orgulhosamente não fazer marketing político.

Esquecem-se que o Marketing político é uma ferramenta indispensável para a qualidade democrática. Se os políticos representam o povo, como é que poderão fazer um bom trabalho se não existem sólidas ferramentas de comunicação bidireccional?

Os políticos necessitam de comunicar melhor os seus planos, as suas ideias e os seus princípios. Por outro lado, precisam também de saber ouvir os cidadãos: Estudos de mercado, grupos de teste, sondagens, análises comportamentais e qualquer método que indique quais as necessidades políticas sentidas pelos eleitores. Há em Portugal espaço para



por **Hugo Garcia**

mais um partido, há espaço para um partido liberal, há espaço para muitos partidos de diferentes ideologias e preocupações. Mas para que qualquer partido tenha sucesso tem de se lembrar do seu público-alvo, dos seus clientes, daqueles que o elegem. Só assim um partido poderá significar a diferença num país em que a abstenção segue na liderança.

Entre Movimentos: Será este o ano dos pequenos partidos?

Desde que o Bloco conseguiu eleger deputados para a Assembleia da República, nenhum outro partido conseguiu sair da “segunda divisão” e entreter-nos com efabulações políticas, que entre as nacionalizações e as touradas, tentam convencer-nos de que são uma “alternativa”. Não se deve apenas ao sistema, que não beneficia partidos pequenos, mas também a uma paupérrima cultura democrática, e a um total desconhecimento da existência desses pequenos partidos, em parte culpa dos média e da percepção que transmitem, em parte da apatia do corpo cívico. *Mea Culpa* portanto.

por

Martim Horta

Não obstante, muito mudou desde a altura em que os pequenos partidos eram produtos do chamado “sectarismo político”, em que se insultavam mutuamente de revisionistas, fundamentalistas, fascistas disfarçados, “pequeno-burgueses” e agentes do “grande capital”, sendo que aparentemente toda a gente “comia criancinhas”. Bons velhos tempos. Pois bem, chegando ao momento das legislativas, retoma-se a pergunta: poderá um partido pequeno vingar este ano?

O mais promissor parece ser o MEP. Os resultados que o “Movimento Esperança Portugal” conseguiu nas eleições europeias, assumindo que a abstenção se mantenha igual nas legislativas, poderiam eleger um deputado pelo círculo do Distrito de Lisboa. Hipoteticamente possível, este cenário está dependente da sua total abstracção da realidade, não fosse o acto de Junho um ritual estranhíssimo de duvidosa tradição democrática, em que na mesma panela se juntam sondagens (ou o combate às ditas no caso do CDS), um pouco de plebiscito ao governo, umas colheres de concurso de popularidade muito ao estilo das listas de associações de estudantes de escolas secundárias, e umas pitadas de política nacional, e

para enfeitar no fim doze estrelas europeias sob um fundo azul para dar bom aspecto e justificar o nome. No fim todos são eleitos, mas o Rangel ganhou, e o Sócrates perdeu nem sendo candidato e a maior parte dos cidadãos nem votou ou percebeu o que se passou. Mesmo assim o MEP, *a nova geração*, continua optimista. Bom para eles.

Em medalha de prata, outro movimento, o tal do “Mérito e Sociedade”, parece continuar a apostar em mensagens vagas, bem ao estilo de partidos institucionalizados. Talvez funcione, demonstrando empiricamente a falta de qualidade da cultura democrática da nossa sociedade. Talvez não funcione, demonstrando empiricamente que sujar os passeios à saída do metro, literalmente colando publicidade na calçada, é sujar os passeios e os Lisboetas não gostam disso. Sem esquecer os erros de ortografia.

Não nos podemos esquecer do MRPP de Garcia Pereira que todos os anos tenta o *breakthrough* político na Assembleia. Entretanto os humanistas e os ambientalistas do MPT coligaram-se. Dois novos partidos vão concorrer: o “Portugal *assustadoramente* Pró-Vida” (que na votação online para as frases da campanha tem a proposta

“na cabine de voto, DEUS VÊ-TE!”) e o fora do seu tempo “Partido Trabalhista Português”. Não prevejo grandes resultados para os POUS ou o PNR, mas este último continuará certamente com a sua demência extremista, embora agora sofrendo a concorrência do PPV.

Seja qual for o resultado dos pequenos partidos, o seu marketing, principalmente o dos dois movimentos, participa em total concordância com o eixo pervertido da cultura democrática portuguesa esquerda-direita, cujo espaço das mensagens vagas ao centro que procuram recolher o descontentamento com o *status quo* é o mais promissor – *Mudar Portugal; Reconstruir Portugal...* No fundo nem vão mudar Portugal ou trazer esperanças, pois por mais bem intencionados que sejam (e ninguém duvida disso?), alinham em última análise com os problemas estruturais do corpo cívico português. É triste, mas por isso mesmo são capazes de conseguir alguma coisa. Esta situação pode vir a ser o maior entrave ao sucesso de um partido político “liberal-democrata”, pois ele não deverá alinhar nessa tendência, que não só lhe é hostil, como contrária aos seus princípios e objectivos.

Ou seja, por um lado, o espaço político a que se propõe – a alternativa liberal – não opera nos eixos institucionalizados da cultura

democrática portuguesa. Promove uma *verdadeira* justiça social pela liberdade e oportunidade, e uma compreensão do estado como criação *da* sociedade civil e *para* a sociedade civil, que a estimule na totalidade suas potencialidades de atingir dinâmicas positivas próprias de crescimento económico e bem estar, tal como dinâmicas de desenvolvimento saudáveis do cidadão e da democracia. Opõe-se nesse sentido à ideia do estado como motor económico e como única dinâmica possível para a vida em sociedade e desenvolvimento do indivíduo, a actual, e aparentemente única dimensão em que se jogam erradamente as escolhas e as vontades do corpo cívico da República.

Por outro lado, a promoção do liberalismo em Portugal apresenta um desafio cultural, denunciado pelo uso sistemático das expressões “liberal” ou “políticas liberais” como insultos e difamações de campanha, ou pelo quase total desconhecimento do liberalismo na sociedade portuguesa. **Em suma, um projecto partidário liberal começará obrigatoriamente, como todos os novos partidos, nesta “segunda divisão”, mas o seu *breakthrough*, depende e deverá ser feito desses desafios específicos que promoveriam uma verdadeira regeneração dos vícios políticos do corpo cívico da República só por si.**

Textos de Autor

Ser Liberal ou membro do MLS não é um critério. Pretende-se sim dar voz a pessoas que tenham posição sobre um determinado assunto independentemente da sua ideologia ou filiação política.

Sociedade Liberal

Onde o autor poderá reflectir sobre a evolução para uma sociedade mais liberal.

Pode uma política de negócios estrangeiros estar desprovida de princípios?

Ao representar o estado português na Líbia, Luís Amado transmite uma mensagem sobre o pretenso interesse nacional numa amizade com o regime líbio. Ao fazê-lo, está a aceitar, e portanto a coibir-se de criticar as acções, as escolhas e os actos do seu mais alto e na verdade único dirigente nos últimos 40 anos: Muammar Kadhafi. Fica de fora mais uma vez a agenda dos direitos humanos, ignorada em detrimento de interesses económicos de curto prazo.

Nesta visita de estado não é o povo líbio que está em causa. O ministro português dos negócios estrangeiros está a participar numa celebração pessoal de 40 anos de poder, durante os quais o regime foi dominado por uma única pessoa, um ditador, que ao longo destas décadas demarcou-se negativamente pelas suas acções, agressões, actos terroristas, e ofensas sobre vários cidadãos europeus. Tomemos como exemplo o processo kafkiano das enfermeiras búlgaras como acto de despeito pela civilização europeia, e bode expiatório para consumo interno. Os governos da união europeia curvaram-se perante as ameaças de pena de morte, ao invés de condenar este acto de intimidação.



por **Filipe Melo Sousa**
Vice-Presidente do MLS

Recordemos também o sequestro de cidadãos suíços para chantagem diplomática que colocou o regime suíço de joelhos. Nada mudou no modo de agir ditatorial deste chefe de estado.

O que parece absurdo é como um ditador com 40 anos de carreira pode ter a sua imagem branqueada num acto diplomático amnésico e autista. Ao representar Portugal nesta cerimónia, inclusive com meios da força aérea portuguesa, Luís Amado está a praticar um acto de revisionismo histórico, afirmando que a sabotagem do voo da Pan Am que resultou na sua queda na Escócia e morte de 200 pessoas foi um gesto fraterno de amizade.

Liberdades Individuais

Onde serão abordados temas como as drogas leves, eutanásia, casamento de pessoas do mesmo sexo ou a transexualidade.

O Veto do Presidente à Lei das Uniões de Facto

O Presidente da República voltou recentemente a vetar uma lei, sendo que desta vez, ao contrário de outros actos anteriores, tal decisão foi meritória. A lei das Uniões de Facto, votada favoravelmente por todos os partidos de “esquerda” era, ao contrário do que nos quiseram fazer crer estes partidos, **um atentado à liberdade de todos os casais em união de facto**. A lei aprovada pelo parlamento, uma tentativa de remediar uma injustiça para com o grupo LGBT, **iria na prática constituir uma forte limitação à liberdade dos cidadãos, que perderiam o direito de viver maritalmente sem que daí surgisse qualquer obrigação, após dois anos de relacionamento**.

A lei funcionaria de forma automática após dois anos, sem qualquer necessidade prévia de registo ou declaração de aceitação de ambas as partes, negando aos cidadãos a opção de continuar a viver fora do enquadramento jurídico que se tentava criar. É importante não cairmos numa situação em que o Estado, de tanto querer proteger os cidadãos, acaba por lhes cortar a liberdade em algo tão íntimo como a vida em conjunto com outra pessoa e obriga a que a decisão de se viver maritalmente, caso se deseje manter a relação livre de obrigações legais, seja uma decisão limitada a 729 dias.

A presente lei vinha criar obrigações como eventuais pensões aos unidos de facto “divorciados”, a extensão de dívidas contraídas por um (supostamente em benefício do casal), protecção de casa de morada de família e co-propriedade de bens adquiridos durante a relação. Com uma lei destas, é caso para se dizer



por **Miguel Duarte**

Presidente do MLS

que um casal teria mais liberdade no âmbito de um casamento de separação de bens.

Os partidos de esquerda talvez devessem lembrar-se que o casamento não dói, nem é propriamente um acto difícil ou caro de se fazer (caso se seja heterossexual, obviamente). O meu casamento apenas custou os actos de registo e foi feito em calças de ganga. E foi bom saber que existia a opção, com menos direitos e obrigações, de não o ter feito.

Aquilo que urge ser feito é estender o casamento a casais do mesmo sexo e flexibilizar contratualmente o referido contrato. Por exemplo as opções no que tocam à divisão dos bens do casal podem ser mais flexíveis, bem como podem ser as obrigações de ambos no casamento e no fim do casamento. Porque não, permitir mesmo a sugestão das feministas Suecas e autorizar um casamento a prazo para os casais que eventualmente o desejem?

Portugal visto do Exterior

Onde o autor residente no exterior poderá dar-nos a visão de como é visto Portugal no mundo.

Notícias das Eleições

Imagino que seguir as notícias de Portugal quando se está fora do país seja hoje mais fácil do que nunca. É agora possível ver os noticiários de todas as estações de televisão online. Todos os jornais tem páginas onde as notícias são aprofundadas com mais detalhe do que na versão impressa. E por uma não tão módica quantia até é possível obter a SIC e RTP internacionais no pacote de televisão.

Todos estes novos meios permitem um acesso rápido à informação. Não fosse por falta de tempo tinha-me sido possível ver todos os debates, seguir as consecutivas e divergentes sondagens e até ver o muito *infun*mativo “Esmiúça os sufrágios”.

Mas fica a faltar alguma coisa. **Não me é possível obter o pulso de como estas coisas são discutidas e como são assimiladas.** O que é levado a sério e o que é esquecido. Que gafes dos candidatos são perdoadas e que gafes se tornam piada geral.

Fica a faltar um sentimento de integração. De estar minimamente incluído no processo de decisão. De fazer parte de todo o processo. Estou simplesmente a olhar para ele visto de fora.

Mas rapidamente me lembro do meu país quando a embaixada, que fica a 4 horas de distância, me diz que tenho de usar o consulado, que fica a 7 horas de distância, para me registar para votar.

Nestes momentos ocorre-me que seja qual for a distância o sentimento de ser Português não desaparece.

por **André Regateiro**,
a estudar em
Pittsburgh,
Pennsylvania

A Eleição de 27 de Setembro

Quando residia em Portugal sempre me deslocuei às urnas para votar, e nunca fui mais um a contribuir para o elevado nível de abstenção. **Agora como residente no estrangeiro, talvez tenha perdido o interesse em votar.** Para votar para o meu País teria que estar registado no consulado Português o que não é o caso.

Conheço os principais candidatos do PS e do PSD, por ter acompanhado na Internet, mas realmente não conheço o programa político de cada partido nem os candidatos pelo Circulo da Europa, pois aqui não recebo nenhuma informação partidária específica para quem reside fora de Portugal.

por
Mário Martins,
(Inglaterra)

A eleição do primeiro-ministro

Resido e pago os meus impostos em França, mas no dia 27 vou ajudar a decidir os destinos da governação de Portugal exercendo o meu direito de voto em território da República onde mantenho ainda a minha residência oficial. Tenho seguido os debates e os eventos políticos mais relevantes associados a esta campanha porque nos dias de hoje, independentemente da situação geográfica de cada um, os únicos constrangimentos ao acompanhamento da situação política portuguesa são o tempo e o interesse.

À semelhança, estou convencido, da generalidade dos cidadãos, desconheço em absoluto a identidade dos candidatos pelo círculo onde sou eleitor, o que é apenas um dos paradoxos do nosso sistema eleitoral. A existência destes círculos eleitorais de carácter distrital tem como único efeito prático impedir que pequenos partidos consigam acumular os votos necessários para obterem mandatos. Basta referir que a cada deputado a Constituição exige que represente a Nação em geral e não os eleitores do círculo pelo qual foi eleito. Deste modo, a relação entre eleitores e eleitos é na melhor das hipóteses difusa, sendo sempre mediada pelo aparelho partidário. Pouco importa na realidade quem cada um elege pelo respectivo círculo eleitoral, uma vez que o que está em jogo é tão-somente o equilíbrio de forças que se desenhe no Parlamento. A noção de "disciplina de voto" ajuda a completar este cenário que faz dos deputados uma espécie de funcionários que vão à Assembleia cumprir instruções da cúpula partidária.

Fica claro assim que a qualidade da nossa Democracia e a sua capacidade de se renovar politicamente depende quase inteiramente das dinâmicas internas dos partidos sobre os quais o cidadão comum tem pouco ou nenhum controlo. Não é, portanto, de estranhar que as caras que se apresentam como

por **Nuno Mendes**
(Lyon, France)
Estudante de
doutoramento em
Biologia
Computacional

protagonistas nestas eleições sejam as mesmas de há já muitos anos. Apenas os discursos mudam de modo a aplicar a ginástica argumentativa que apele ao maior número de eleitores dada a conjuntura e os temas que estejam na agenda política.

Mas num país em que se promove a ideia que não é possível governar sem transformar o Parlamento num exercício de inutilidade retórica através da obtenção de maiorias absolutas, as eleições legislativas são inevitavelmente convertidas na eleição de um primeiro-ministro. Nesta lógica do tudo ou nada jogam-se todos os trunfos e mitigam-se todas as falhas, mas a coerência e a clareza têm naturalmente de ser sacrificadas. Este fenómeno é particularmente visível nos líderes dos dois maiores partidos. Por um lado temos um primeiro-ministro que sofreu a erosão de quatro anos de reformas nem sempre bem sucedidas e quase sempre mal agenciadas e cuja capacidade de galvanizar o eleitorado está fortemente diminuída. Por outro lado, temos uma líder da oposição cujas propostas mais conhecidas consistem em inverter políticas e posições de que foi defensora e executante no passado e que utiliza uma argumentação inábil que apresenta uma coerência e uma segurança meramente superficiais. A perspectiva de não haver uma solução governativa maioritária

emergente da futura composição do parlamento já teve o seu impacto na forma como se tem desenrolado o debate político. Depois de uma *silly season* em pré-campanha centrada em questiúnculos foi possível promover debates televisivos frente a frente entre todos os líderes dos partidos com representação parlamentar. E pela primeira vez em muito tempo estes debates são politicamente consequentes porque é agora claro que todos estes partidos poderão vir a ter um papel decisivo na próxima legislatura.

De resto, um governo minoritário na próxima legislatura traria não a

ingovernabilidade como defendem alguns, mas sim uma oportunidade para que os nossos deputados e membros do Governo se dediquem a fazer aquilo que é suposto um político fazer: negociar compromissos, argumentar pontos de vista, defender posições junto dos adversários mas também junto da opinião pública. Foi para operar neste contexto que o sistema político português foi concebido e é da multiplicidade de visões políticas do eleitorado expressas, embora imperfeitamente, na composição do Parlamento que deverá desenhar-se um projecto político para Portugal.

A Loja do MLS

www.liberal-social.org/loja

